

-----ACTA 14/2011-----

-----Da Reunião Ordinária de 6 de Junho de 2011-----

-----Aos seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina, José Carlos Silva, Francisco Manuel Maurício do Rosário e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERIODO DO PUBLICO-----

-----No período do publico usou da palavra o Senhor Arnaldo Seixas, que focou os seguintes assuntos:-----

-----Continua por arranjar a passagem entre o Largo das Escolas Velhas e a Vila das Taipas; o Largo General Guerra que foi mal aproveitado em termos de estacionamento; a placa identificativa da "cargostock" junto à Caixa Geral de Depósitos que está muito baixa; a Travessa dos Apóstolos está a mesma vergonha; o relógio da Torre nunca está certo e a toponímia que continua na mesma.--

-----O Senhor Eugénio solicitou que fosse colocado um sinal de estacionamento proibido junto à sua porta, pois os seus vizinhos estacionam os carros mesmo em frente, bem como frente à sua janela, o que impede a passagem para a sua casa. Referiu também o facto do carro de limpeza da Câmara nunca passar na zona de

São Roque.-----
-----O Vereador José Carlos informou que já tentou junto dos vizinhos solucionar o problema do estacionamento, dando razão à queixa do Senhor Eugénio, mas que o que está em causa é um problema de falta de civismo, respeito e boa vontade por parte dos mesmos, e que vai tentar novamente apelar ao bom senso das pessoas para evitar esta situação.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Senhor Vereador Aranha Figueiredo, com a informação de que foi feito um levantamento arqueológico, uma iniciativa da Associação do Património de Almeirim, no Alto dos Cacos, levantamento este que o Vereador pensa ser interessante e que propõe que seja considerado de interesse arqueológico, já que evidenciam a ocupação humana há muitos séculos. Disse ainda, ser importante assinalar o local, para que, no caso de realização de outras actividades ou revisão do PDM, seja este tomado em atenção.-----

-----Referiu também, que visitou o espólio da Associação e que o mesmo é de riqueza significativa, louvando o trabalho da Associação.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício propôs fazer um voto de louvor ao "Hóquei Clube Os Tigres", pela sua subida à divisão máxima nacional.-----

-----Questionou o mesmo Vereador, ao Senhor Presidente, sobre a situação dos pagamentos à Santa Casa da Misericórdia, já que passado um mês ainda não obteve qualquer informação, ao que o Senhor Presidente respondeu que existe um protocolo assinado com a Santa Casa relativo aos pagamentos.-----

-----O Senhor Presidente, referiu que havendo uma subida progressiva dos "Tigres" propôs ao Executivo a atribuição de medalha de mérito desportivo, passando a ser este o ponto 7 da

Ordem de Trabalhos.-----

-----CENTRO DE RECUPERAÇÃO INFANTIL DE ALMEIRIM - A Câmara tomou conhecimento da atribuição de Certificação da Qualidade referencial EQUASS nível I - pelo Comité Europeu da Atribuição do European Quality Assurance for Social Services, cerimonia realizada no âmbito da comemoração dos 33 anos do CRIAL, no dia 6 de Junho de 2011.-----

-----CENSOS 2011 - A Senhora Vereadora Fátima Pina deu conhecimento do processo referente aos Censos 2011, processo este que decorreu na normalidade, informou que relativamente ao Concelho de Almeirim, foram identificados mais 6.59% indivíduos residentes do que em 2001.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA -O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Filomena Maria Tomé de Brito, trinta e oito; Pedro Miguel Fidalgo Lourenço, dezassete, ambos de dois mil e onze.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE -O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Lino Manuel Oliveira Lopes, cinquenta e oito, zero nove A de dois mil e onze.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO DE EMPREGO PUBLICO MEDIANTE CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OS LUGARES IDENTIFICADOS NO SECTOR DO DESPORTO-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Considerando que:-----

-----Em reunião de Câmara de 11 de Abril passado foram criados, para celebração de contrato de trabalho em funções publicas por tempo indeterminado, no Sector do Desporto da Divisão Sócio-Cultural, os seguintes postos de trabalho:-----

-----1 Técnico Superior; 2 Assistentes Técnicos; 5 Assistentes Operacionais;-----

-----Na reunião da Assembleia do passado dia 30 de Abril foi aprovada a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município, contemplando aqueles lugares, pelo que o Sector de Desporto passou a contemplar um efectivo total de 7 tecnicos superiores, 4 assistentes técnicos e 41 assistentes operacionais;-----

-----Deste novo mapa de pessoal resulta que no Sector de Desporto estão por preencher os seguintes lugares:-----

-----4 Técnicos Superiores, com formação na área de educação física e desporto;-----

-----5 Assistentes Técnicos, sendo 1 com formação em ténis e 1 com formação em desporto e 3 para funções administrativas;-----

-----16 Assistentes Operacionais, sendo 3 para o cumprimento de tarefas de carácter administrativo, e atendimento, de arquivo e manutenção e conservação das instalações desportivas, 10 para cumprimento de tarefas de serviços gerais de limpeza, arrumos, manutenção e conservação de instalações, 3 para assegurar os procedimentos operativos da qualidade da agua e do ar do complexo de piscinas municipais.-----

-----Encontram devidamente cabimentadas todas as verbas necessárias ao recrutamento sob as rubricas 01.01.04.04 e 01.01.14.01.02.-----

-----Os recursos humanos do município diminuíram significativamente, como resulta dos Balanços Sociais dos anos

2008, 2009 e 2010 e que no decurso de 2011 e 2012 mais 47 trabalhadores com contrato de trabalho por tempo determinado vão terminar os seus contratos com o Município (numero onde se incluem 28 que estão afectos ao Sector do Desporto);-----

-----A esta situação acresce a já reconhecida carência de recursos humanos no sector de actividade pretendido, o que desaconselha ou mesmo inviabiliza, o recurso à modalidade de mobilidade interna, dada a sua curta duração, ou outro tipo de solução legal que permita ao Município colmatar as necessidades existentes e futuras com o numero suficiente de trabalhadores com perfil e competências ajustadas às necessidades dos serviços e respectivos postos de trabalho;-----

-----A falta de trabalhadores em postos de trabalho, cujas as actividades são consideradas de carácter necessário e permanente, porá em causa o normal e regular funcionamento dos serviços em particular no sector do Desporto;-----

-----Não existem reservas de recrutamento no Município e estar temporariamente dispensada pela DGAEP (conforme resulta de consulta ao sitio desta entidade na Internet) a consulta à Entidade Central para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC);-----

-----Os princípios de celeridade, economia processual, desburocratização e eficiência administrativa e que a finalidade que a lei pretende acautelar se mostram assegurados desde que se preveja, previamente à abertura dos procedimentos concursais que, na impossibilidade de contratar profissionais com relação de contrato em funções publicas por tempo indeterminado, o recrutamento de pessoas sem qualquer relação de emprego publico possa ser efectuado no âmbito do mesmo procedimento concursal, com a salvaguarda dos candidatos aprovados e constantes da lista unitária de aprovação final serem chamados para efeito de recrutamento pela forma conjugada do artº 6º com a alínea d) do nº 1 do artigo 54º e artigo 55º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda com o artigo 37º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro,-----

-----Proponho:-----

-----No uso da competência da alínea a) do nº 2 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no cumprimento do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, conjugada com o nº 3 do artigo 10º do mesmo diploma, que o Executivo autorize o Presidente da Câmara a promover a abertura de procedimento concursal para a constituição de relação de emprego publico mediante contrato por tempo indeterminado para os lugares supra identificados no Sector do Desporto do Município, sendo considerada a possibilidade de proceder à contratação de trabalhadores sem relação jurídica de emprego publico ou com relação de emprego publico por tempo determinado ou determinável, nos termos do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008 conjugada com a alínea d) do nº 1 do artigo 54º e artigo 55º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda com o artigo 37º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, de modo a que os candidatos aprovados e constantes da lista unitária de ordenação final sejam chamados respeitando a seguinte ordem de preferência: 1º - os trabalhadores que se encontrem em regime de mobilidade especial (SME), 2º - os trabalhadores com relação de emprego publico previamente estabelecida por contrato por tempo indeterminado e 3º - os candidatos com relação de emprego publico por tempo determinado ou determinável ou sem relação de emprego publico previamente estabelecida."-----

-----Esta proposta é acompanhada da informação do Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Victor Batista, do seguinte teor:----

-----"Recrutamento Excepcional de Pessoal para o Sector de Desporto.-----

-----O Sector de Desporto, tendo em conta as necessidades presentes e futuras, propôs que fosse efectuado recrutamento excepcional para preenchimento dos seguintes postos de trabalho:-----

-----4 Técnicos Superiores, com formação na área de educação física e desporto;-----

-----5 Assistentes Técnicos, sendo 1 com formação em ténis e 1 com formação em desporto e 3 para funções administrativas.-----

-----16 Assistentes Operacionais, sendo 3 para o cumprimento de tarefas de carácter administrativo e atendimento, de arquivo e manutenção e conservação das instalações desportivas, 10 para cumprimento de tarefas de serviços gerais de limpeza, arrumos, manutenção e conservação de instalações, 3 para assegurar os procedimentos operativos da qualidade da água e do ar do complexo de piscinas municipais.-----

-----Existe cabimento orçamental para a realização da despesa previsível para o corrente ano.-----

-----1º Os trabalhadores que se encontrem em regime de mobilidade especial (SME), 2º - os trabalhadores com relação de emprego publico previamente estabelecida por contrato por tempo indeterminado e 3º os candidatos com relação de emprego publico por tempo determinado ou determinável ou sem relação de emprego publico previamente estabelecida.-----

-----A questão que se coloca é a de saber se é possível recorrer à figura do recrutamento excepcional, tendo em conta as restrições estabelecidas pelo chamado PEC III (Lei nº 12-A10) e que se mantém em vigor.-----

-----Da proposta consta a justificação relativa à necessidade de recrutamento, referindo a redução do numero de trabalhadores nos últimos anos.-----

-----A proposta apresenta justificação para a contratação excepcional:-----

-----quando refere que os lugares correspondem a necessidades permanentes do Município, que não poderão ser satisfeitas mediante ao recurso à mobilidade interna, dada a sua curta duração,-----

-----não existem reservas de recrutamento no Município e estar temporariamente dispensada pela DGAEP a consulta à Entidade Central para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC),-----

-----e, por fim, tendo em vista o cumprimento das regras do PEC

III, a finalidade que a Lei pretende acautelar se mostra assegurada desde que se preveja previamente à abertura dos procedimentos concursais que, na impossibilidade de contratar profissionais com relação de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, o recrutamento de pessoas sem qualquer relação de emprego público possa ser efectuado no âmbito do mesmo procedimento concursal, com a salvaguarda dos candidatos aprovados e constantes da lista unitária de aprovação final serem chamados para efeito de recrutamento pela forma conjugada do artigo 6º com a alínea d) do nº 1 do artigo 54º e artigo 55º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda com o artigo 37º da Portaria nº 83-A/2007, de 22 de Janeiro, ou seja, respeitando a seguinte ordem de preferência: 1º Os trabalhadores que se encontrem em regime de mobilidade especial (SME), 2º - os trabalhadores com relação de emprego público previamente estabelecida por contrato por tempo indeterminado e 3ª os candidatos com relação de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação de emprego público previamente estabelecida.-----

-----A questão do recrutamento excepcional tem merecido alguma controvérsia, pois há quem entenda que o PEC III vedou a possibilidade de ser realizado o recrutamento excepcional nos termos propostos, pelo que teria que ser lançado um concurso "interno" (destinado a detentores de relação jurídica de emprego público) e apenas este ficar deserto é que se poderia lançar mão de procedimento onde se fosse prevista a contratação "externa" (trabalhadores em vínculo à Administração Pública).-----

-----Vejamos a Lei, no que ao caso interessa:-----

-----*Lei nº 12-A/2008 (LCVR)-----

----- Artigo 6.º - Gestão dos recursos humanos em função dos mapas de pessoal-----

-----1 - Face aos mapas de pessoal, o órgão ou serviço verifica se se encontram em funções trabalhadores em número suficiente, insuficiente ou excessivo.-----

-----2 - Sendo insuficiente o número de trabalhadores em

funções, o órgão ou serviço, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 e nos ns.º 3 e 4 do artigo seguinte, pode promover o recrutamento dos necessários à ocupação dos postos de trabalho em causa.-----

-----3 - O recrutamento referido no número anterior, para ocupação dos postos de trabalho necessários à execução das actividades, opera-se com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, excepto quando tais actividades sejam de natureza temporária, caso em que o recrutamento é efectuado com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável.-----

-----4 - O recrutamento para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado nas modalidades previstas no n.º 1 do artigo 9.º inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.-----

-----5 - O recrutamento para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável nas modalidades previstas no n.º 1 do artigo 9.º inicia-se sempre de entre trabalhadores que:-----

-----a) Não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado; ou-----

-----b) Se encontrem colocados em situação de mobilidade especial.-----

-----6 - Em caso de impossibilidade de ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho por aplicação do disposto nos números anteriores, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas finanças e pela Administração Pública, pode proceder ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.-----

-----7 - O sentido e a data do parecer referido no número

anterior é expressamente mencionado no procedimento de recrutamento ali em causa.-----

-----8 - ... -----

-----9 - ... -----

-----*Lei n.º 12-A/2010 (PEC III)-----

-----Artigo 9.º - Controlo do recrutamento de trabalhadores-----

----- 1 - Os órgãos e os serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, sem prejuízo do disposto no número seguinte.-----

-----2 - Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.os 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar.-----

3 - ... -----

-----4 - Os instrumentos necessários à aplicação do disposto no presente artigo, incluindo os termos e elementos que devem integrar os pedidos de autorização excepcional a que se refere o n.º 2, são aprovados por despacho dos membros do Governo a que se refere o mesmo número.-----

-----5 - ... -----

-----6 - Sem prejuízo da produção plena dos seus efeitos durante o tempo em que tenham estado em execução, as contratações e as nomeações de trabalhadores efectuadas na sequência de procedimentos concursais realizados em violação do disposto no

presente artigo são nulas e fazem incorrer os seus autores em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.-----

-----7 ... -----

-----8 - O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.-----

-----Artigo 10.º - Controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais e autárquicas-----

-----1 - A aplicação do disposto no artigo anterior aos órgãos e serviços das administrações autárquicas efectua-se com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprios.-----

-----2 - No caso das autarquias locais, o recrutamento excepcional depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos:-----

-----a) Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município ou freguesia em que o serviço se integra;-----

-----b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.os 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.-----

-----3 - A autorização prevista no n.º 2 do artigo anterior compete, nas autarquias locais, sob proposta do presidente da câmara, ao órgão executivo.-----

-----4 - ...-----

-----5 - Sem prejuízo da aplicação, com as devidas adaptações, do disposto nos n.os 5, 6 e 7 do artigo anterior, são igualmente nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efectuadas na sequência de procedimentos concursais realizados em violação do disposto no n.º 2.-----

-----6 - ...-----
-----7 - ...-----
-----8 - ...-----
-----9 - O disposto no presente artigo tem carácter excepcional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.-----
-----Não nos parece que a lei imponha, necessariamente, que se tenham de realizar dois procedimentos. O que a lei pretende, muito claramente, é que o recrutamento externo apenas possa ser efectuado em condições excepcionais, de molde a evitar, no possível, o aumento a despesa publica com pessoal.-----
-----Assim, o que a lei determina é que, no caso, as autarquias, não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego publico por tempo indeterminado, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado previamente constituída, a não ser em situações excepcionais, devidamente fundamentadas (i) na existência de relevante interesse publico no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município ou freguesia em que o serviço se integra e na (ii) impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos nºs 1 a 5 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.-----
-----Ora, o procedimento, nos termos em que consta da proposta, salvaguarda inteiramente essa finalidade da lei, pois estabelece uma ordem de prioridades no recrutamento em que os trabalhadores já vinculados têm preferência em relação aos não vinculados, pois os dois primeiros lugares estão reservados a trabalhadores com vínculo: 1º - os trabalhadores que se encontrem em regime de mobilidade especial (SME), 2º - os trabalhadores com relação de emprego publico previamente estabelecida por contrato por tempo indeterminado e 3º - os candidatos com relação de emprego

publico por tempo determinado ou determinável ou sem relação de emprego publico previamente estabelecida.-----

-----Não vemos pois, impedimento legal a que seja dada autorização para a abertura dos procedimentos concursais referidos."-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"O MICA vai votar favoravelmente a proposta e apresenta a seguinte declaração de voto:-----

-----Ao votar favoravelmente a aprovação desta proposta de procedimento concursal, faço-o com a convicção de que o mesmo se destina a encontrar uma solução, embora constitua, também, um aproveitamento para a entrada de mais uns quantos, só espero que não seja em prejuízo dos que, legitimamente já cá trabalhavam, para quase todos os trabalhadores da ex-empresa municipal Aldesc, que foi extinta, relembro com o meu voto contra - não esqueço que pelo menos uma trabalhadora ficou sem o seu posto de trabalho, isto é foi despedida e os restantes foram "humilhados" ao terem que prescindir dos muitos anos de antiguidade, alguns mais de 13 anos, de trabalho prestado sempre sobre orientação e disciplina hierárquica e remuneratória dependente da Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----Serem despedidos e sujeitarem-se a uma "novo concurso", é inacreditável.-----

-----A questão principal é a razão porque só agora se recorre a esta formalidade legal, de um contrato por tempo indeterminado, quando tal podia e devia ser feito na altura em que foi extinta a empresa municipal?-----

-----Porque é que se manteve estes trabalhadores, nos últimos 3 anos, em situação de "sofrimento psicológico", sempre com a "ameaça a pairar sobre a sua cabeça" de ficarem sem o seu ganha-pão?-----

-----Porque é que não se cumpriu a Lei em relação a estes

trabalhadores?-----

-----Na verdade, não podemos deixar de acreditar" que o "consultor jurídico", que hoje subscreve este parecer, e que foi e é o mesmo que "provocou o despedimento destes trabalhadores", não tinha conhecimento que, nessa altura, esta Lei se encontrava em vigor. Então qual foi a razão que o levou a não apresentar esta proposta?-----

-----Sabendo-se que a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas), aplica-se directamente à administração autárquica com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências dos correspondentes órgãos (artigo 3.º n.º 2 da Lei n.º 12-A/2008), e que as autarquias locais podiam continuar a recrutar trabalhadores, mas somente mediante a celebração de contratos de trabalho, nos termos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (aprova o regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública) - (artigo 117.º n.º 2 alínea b) da Lei n.º 12-A/2008) e que ainda hoje o Artigo 16.º da Lei 23/2004 ainda se encontra em vigor, com as alterações da Lei n.º 53/2006, de 07/12 "Sucessão nas atribuições"-----

-----1 - Os contratos de trabalho celebrados por pessoas colectivas públicas transmitem-se aos sujeitos que venham a prosseguir as respectivas atribuições, haja ou não extinção da pessoa colectiva pública, nos termos previstos no Código do Trabalho (artº Artigo 318.º (CT 2003), actual 285º CT 2009) para a transmissão de empresa ou de estabelecimento. (Ver nova redacção dada pelo art.º 43.º da Lei 53/2006, de 7/12)-----

-----2 - O disposto no número anterior aplica-se, nomeadamente, nos casos em que haja transferência da responsabilidade pela gestão do serviço público para entidades privadas sob qualquer forma.-----

-----3 - No caso de transferência ou delegação de parte das atribuições da pessoa colectiva pública para outras entidades, apenas se transmitem os contratos de trabalho afectos às

actividades respectivas.-----

-----4 - Pode haver acordo entre a pessoa colectiva pública de origem e o trabalhador no sentido de este continuar ao serviço daquela." Qual terá sido a razão, as causas ou os motivos para que não fosse cumprida a Lei?-----

-----Mas, não podemos deixar de estar estupefactos, pelo facto ainda não terem sido distribuídas duas decisões emitidas sobre esta questão, uma, dos Serviços do Ministério Público - unidade de apoio, junto do Tribunal de Almeirim, que (18.05.2011), não contestando a legalidade da deliberação da Assembleia Municipal, nem o parecer dado pela CCDRLVT, que descreve ser "um parecer meramente opinativo, não tendo qualquer força vinculativa para o executivo" , acabando por concluir que "o presidente da câmara municipal não se encontra legalmente vinculado às decisões da Assembleia Municipal, não se encontrando obrigado a executá-las nos seus precisos termos" e a outra de um "despacho de 23.05.2011" que dá "notícia" do arquivamento do auto de advertência aplicado pela ACT - Autoridade das Condições de Trabalho , tendo por base uma decisão do Inspector Geral, "no sentido de que não tem aplicação à extinção da ALDESC o disposto no artº 318º do Código do Trabalho, mas sim o artº 390º do mesmo Código, onde se prevê que a extinção da pessoa colectiva empregadora determina a caducidade do contrato de trabalho".----

-----Tudo isto, com base de que " o critério determinante para a aplicação do regime de transmissão de empresa ou estabelecimento é o da manutenção da entidade económica", isto quer dizer muito simplesmente que a actividade da ALDESC de gestão das piscinas municipais não voltou para a Câmara Municipal!! E por isso considerou que caducaram os contratos de trabalho.-----

-----Então pergunta-se Quem ficou a gerir as piscinas municipais? Será que as mesmas foram encerradas? Quem e que informou que as actividades da ALDESC não foram avocadas pela Câmara Municipal?-----

-----Quem prestou estas informações?-----

-----Mais uma vez foram "sonegados" a este executivo documentos

no âmbito do direito de informação, o que tem sido uma prática corrente e por isso não nos causa qualquer admiração, apenas a confirmação da impunidade que goza este executivo inadmissível num estado de direito. É que na situação concreta, destes dois documentos emitidos pelo Ministério Público, embora de Tribunais diferentes, ficamos a saber, num deles o que entende sobre as competências das Assembleias Municipais, e no outro ao "concluir pela aplicação do artº 390º do Código do Trabalho", " 2 - A extinção de pessoa colectiva empregadora, quando não se verifique a transmissão da empresa ou estabelecimento, determina a caducidade do contrato de trabalho" certamente aferiram das respectivas consequências desta aplicação?-----

-----Torna-se claro que tudo isto são tretas - todos nós sabemos que toda a actividade e organização da gestão das piscinas municipais, com a extinção da empresa ALDESC, transitou para a Câmara Municipal e que a mesmas sempre foram dirigidas pelas chefias da câmara e pelo vereador do respectivo pelouro. Aliás, na situação actual, o presidente da câmara até nomeou uma adjunta para essas tarefas.-----

-----Nada melhor, que aqui citar o proprietário do Mirante no seu artigo de "ultima página" de 2 de Junho de 2011 " Há pessoas que dão muita importância aos cargos que ocupam e julgam que transpiram dignidade por estarem protegidos por um escudo invisível", eu acrescentarei que ao contrário do que parece a justiça tarda mas vai chegar, nem que seja por decisão popular."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo usou da palavra e referiu: "que estou um pouco confuso, e tenho que dizer que o que acabámos de votar foi - "APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO DE EMPREGO PUBLICO MEDIANTE CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OS LUGARES IDENTIFICADOS NO SECTOR DO DESPORTO.", disse ainda, dirigindo-se ao Vereador do MICA: "quero salvaguardar os verdadeiros interesses daqueles que diz

defender com a sua declaração".-----

-----APRECIÇÃO DO PROJECTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE APOIO
AO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM-----

-----Foi presente a reunião o projecto do parque de estacionamento e respectivos acessos do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, perante o qual o Vereador Aranha Figueiredo referiu que o mesmo não é explícito, e que não estão estabelecidas as várias ligações, questionando também se já houve alguma conversação com o banco, pois este teria todo o interesse na venda do terreno.-----

-----Posto a votação, foi aprovado com os votos a favor do PS e CDU, e o voto contra e de vencido do MICA.-----

-----O Vereador Francisco Maurício, fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"O MICA vota contra e faz voto de vencido, nesta e em toda a matéria respeitante à construção obscura e ilegal do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim."-----

-----APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROJECTO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONCURSO DA EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE AO JARDIM DE INFANCIA Nº 3 EM ALMEIRIM".-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento da seguinte proposta:-

-----"Conjugando o nº 1 do artigo 36º, o artigo 38º o nº 2 do artigo 40º todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1do artigo 18º do D.L. nº 179/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa de 259.650,65 (duzentos e cinquenta e nove mil seiscientos e cinquenta euros e sessenta e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Publico, e ainda aprovar o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra: "Requalificação da Envolvente ao Jardim de Infância nº 3 em Almeirim."-----

-----Proposta aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA NOMEACÃO DO JURI DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO DE "REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE AO JARDIM DE INFANCIA Nº 3 EM ALMEIRIM".-----

-----Presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta:-----

-----"Ao abrigo do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. n º 278/2009, de 2 de Outubro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso da empreitada de "Requalificação da Envolvente ao Jardim de Infância nº 3 em Almeirim", os seguintes elementos:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Vereador José Carlos Silva;-----

-----Vogal - Vereador Pedro Miguel César Ribeiro;-----

-----Vogal - António da Rocha Pinto.-----

-----Suplentes:-----

-----António Joaquim Veríssimo Pisco e-----

-----Luís Alberto Ferreira Leitão."-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.--

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO JURI PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO DE "REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE AO JARDIM DE INFANCIA Nº 3 EM ALMEIRIM".-----

-----Presente pelo Presidente da Câmara a proposta do seguinte

teor:-----
-----"Conjugando o nº 2 do artigo 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso da empreitada de "Requalificação da Envolvente ao Jardim de Infância nº 3 em Almeirim."-----

-----Proposta aprovada por unanimidade.-----

-----ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MERITO DESPORTIVO AO HOQUEI CLUBE OS TIGRES-----

-----O Senhor Presidente propôs que dada a subida à 1ª Divisão Nacional, do Hóquei Clube Os Tigres, fosse atribuída a medalha de mérito desportivo ao mesmo.-----

-----O Executivo aprovou por unanimidade.-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----FESTAS DE BENFICA DO RIBATEJO - Foi presente a proposta do Senhor Vereador José Carlos, a seguir transcrita:-----

-----"Considerando a rápida aproximação da data da Festa Anual de Benfica do Ribatejo, 8,9 e 10 de Julho de 2011, proponho ao Executivo a apreciação para discussão e votação do apoio solicitado pela Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo a esta realização sendo que:-----

-----Fornecimento de som, luz, bandas, grupos de baile e artistas - 6.500€;-----

-----Arcos para iluminação do arraial - 3.000€;-----

-----Ranchos folclóricos - 900€;-----

-----Vacada - 600€;-----

-----20 stands para actividades económicas - 5.000€;-----

-----Fogo de artifício - 3.500€.-----

-----A estas despesas será necessário adicionar o consumo de água, electricidade, direitos de autor, licenças várias, custos das montagens de palcos, tasquinhas, etc... que ainda não podem ser quantificadas.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade apoiar com 10.000€, sendo que não serão autorizados os arcos para iluminação do arraial bem como o fogo de artifício.-----

-----HOQUEI CLUBE OS TIGRES - O Vereador José Carlos, apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Considerando o bom desempenho e os resultados verificados nesta ultima fase do campeonato disputado pelo Hóquei Clube "Os Tigres", proponho ao executivo a aprovação de subsidio de 850€ para apoio de despesa extraordinária, resultante da requisição de material imprescindível nesta fase."-----

-----Foi a proposta aprovada por unanimidade.-----

-----JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO - Foi presente a factura em nome de Quitério, Materiais de Construção, Lda, no valor de 698,76€, para pagamento de material para construção de um muro.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferencia do valor acima mencionado à Junta de Freguesia, para pagamento do material.-----

-----FESTAS EM TAPADA - Para realização de festas na localidade de Tapada, a realizar dias 1,2 e 3 de Julho 2011, foi dado conhecimento do orçamento de Fernando Campos Silva, cujo valor é de 2.450€.-----

-----O Executivo aprovou por unanimidade, proceder à transferencia do valor acima referido, à Comissão de Festas da

Tapada, para pagamento ao fornecedor.-----

-----HOQUEI CLUBE "OS TIGRES" - Presente o pedido de apoio financeiro, por parte do Hóquei Clube "Os Tigres", para pagamento à Federação Patinagem de Portugal, cujo o valor ronda os 10.800€.

-----O Executivo deliberou por unanimidade, proceder à transferencia de 50% do valor, a que correspondem 5.400€.

-----ESCOLA BASICA 2,3 FAZENDAS DE ALMEIRIM - Presente o mail da Escola Básica de Fazendas de Almeirim, a solicitar que seja cedida uma bicicleta, ao Agrupamento de Escolas, para ser usada no serviço externo pelo assistente operacional.

-----O Executivo deliberou por unanimidade ceder o equipamento.

-----LOTE 72 DA ZAE - FREDERICO & PEDRO, LDª - Presente o pedido em nome de Frederico & Pedro, Lda, a solicitar um contrato de promessa de compra e venda do lote acima referido, para efeitos de aprovação do projecto pelo PRODER.

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder à execução do mesmo.

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar os custos com autocarro às seguintes entidades:

-----Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, 181,35€; SCALABIS, 177,75€; Centro Amador Desporto e Cultura de Almeirim, 32,34€; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Atletismo, 113,67€; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol - 561€.

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezasseis horas e trinta e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica